

## CONVITE

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (por lotes): SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO E EDUCAÇÃO SOCIAL, NO ÂMBITO DO PROGRAMA INTERMUNICIPAL DE PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR DA BEIRA BAIXA (PIPSE BB)**

**TIPO DE PROCEDIMENTO: CONSULTA PRÉVIA**

**REFERÊNCIA DO PROCEDIMENTO: 23/PS/2025- 2025/300.10.005/775**

**PREÇO BASE: 31.899,00 €**

## 1. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é o Município de Proença-a-Nova, com sede na Avenida do Colégio, s/n, 6150-401 Proença-a-Nova, com os seguintes contactos:

Website: [www.cm-proencanova.pt](http://www.cm-proencanova.pt)

Email: [geral@cm-proencanova.pt](mailto:geral@cm-proencanova.pt); [concursos@cm-proencanova.pt](mailto:concursos@cm-proencanova.pt)

Plataforma eletrónica: ACIN - ICloud Solutions (<https://www.acingov.pt>)

Telefone: (351) 274 670 000

Fax: (351) 274 672 697

## 2. OBJETO DO PROCEDIMENTO

2.1. O presente procedimento de consulta prévia, nos termos do preceituado na alínea b) do n.º 1 e na alínea e) do n.º 2, ambos do artigo 16.º, conjugado com a alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º, todos do Código dos Contratos Públicos (doravante CCP), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro de 2008, na sua redação atual, tem por objeto a contratação dos serviços de dois profissionais nas áreas de Mediação e Educação Social, em regime de tarefa, para prestação de serviços no Agrupamento de Escolas de Proença-a-Nova, no âmbito da atividade I – Intervenção Precoce e Multidisciplinar, para desenvolvimento da ação: “Equipa Multidisciplinar Integrada de Proença-a-Nova” do Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar da Beira Baixa (PIPSE BB), durante os anos letivos 2024/2025, de acordo com as especificidades e características técnicas que se encontram melhor definidas no caderno de encargos, sendo repartido por dois lotes:

- **Lote 1 - Serviços de Mediação Social - limite máximo de 686 horas**

- **Lote 2 - Serviços de Educação Social - limite máximo de 1029 horas**

2.2. A aquisição de serviços objeto do presente procedimento é financiada ao abrigo da candidatura com o código CENTRO2030-FSE+-01358600, designada: Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar da Beira Baixa (PIPSE BB).

2.3. Os serviços objeto do presente concurso são classificados de acordo com a nomenclatura de referência dada pelo vocabulário comum dos contratos públicos (CPV), indicados no anexo I ao Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, publicado no JOUE n.º L 74, de 15 de março de 2008, que correspondem ao seguinte código e descrição: **85300000-2 Serviços de ação social e serviços conexos.**

## 3. ORGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

3.1. A decisão de contratar foi tomada por despacho do senhor Presidente da Câmara, no uso da competência que lhe é conferida pelas alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 35.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro), nos termos do n.º 1 do artigo 36.º do CCP, conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, mantido em vigor por força da alínea f) do n.º 1 do artigo

14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, reprimado pela Resolução da Assembleia da república n.º 86/2011, de 11 de abril, bem como do artigo 38.º do CCP.

- 3.2. Para dar cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21/02 (LCPA), no que à autorização prévia para assunção de compromisso plurianual diz respeito, a presente matéria, está enquadrada na autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais durante o ano de 2025, que foi objeto de deliberação favorável da Assembleia Municipal - aquando da aprovação dos documentos previsionais - na sua sessão ordinária de 27 de dezembro de 2024.

#### 4. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÕES E ALTERAÇÕES DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

- 4.1. Nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP, no **primeiro terço** do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
- 4.2. Quando o prazo fixado para a apresentação das propostas seja inferior a nove dias, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo.
- 4.3. Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica ACIN -iCloud Solutions (<https://www.acingov.pt>) e juntos às peças do procedimento que se encontrem patentes para consulta, devendo os interessados ser imediatamente notificados desse facto;
- 4.4. Os esclarecimentos e as retificações referidas no presente convite, fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência;
- 4.5. O órgão competente para a decisão de contratar ou o órgão para o efeito designado nas peças do procedimento, deve prestar os esclarecimentos necessários e pronunciar-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
- 4.6. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento referidas no artigo 50.º, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.
- 4.7. A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.
- 4.8. As decisões de prorrogação nos termos do disposto nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar e devem ser juntas às peças do

procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicandose imediatamente aviso daquelas decisões.

- 4.9. O órgão competente para a decisão de contratar delegou no júri do procedimento, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 69.º do CCP, todas as competências legalmente passíveis de delegação neste órgão, nomeadamente: prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º do CCP; disponibilizar as listas sobre erros e omissões identificados pelos interessados, e respetiva pronúncia do órgão competente para a decisão de contratar; solicitar esclarecimentos, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 71.º e no artigo 72.º do CCP; prorrogar o prazo fixado para a apresentação de propostas, após decisão do órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 64.º do CCP.
- 4.10. O órgão competente para a decisão de contratar determinou ainda que, no caso de não ser apresentada mais do que uma proposta, por lote, o júri possa ser dispensado, nos termos do n.º 4 do artigo 67.º do CCP, sendo as suas funções exercidas pelo(a) presidente do júri ou, em caso de impedimento, pelo trabalhador que o(a) substitui.

## 5. PREÇO BASE

- 5.1. O preço base é o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem a aquisição de serviços objeto do presente procedimento.
- 5.2. O preço base fixado para a presente aquisição de serviços é no valor de **31.899,00 € (trinta e um mil, oitocentos e noventa e nove euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, assim repartido pelos dois lotes:
- **Lote 1** - Serviços de Mediação Social ..... **12.759,60 €**
  - **Lote 2** - Serviços de Educação Social ..... **19.139,40 €**
- 5.3. O preço base foi calculado em função da remuneração base dos técnicos superiores em início de carreira, acrescido de encargos e possíveis atualizações.
- 5.4. O preço da proposta é expresso em euros, por extenso e algarismos, e não inclui o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável; em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso;
- 5.5. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos;
- 5.6. A proposta que apresente preço superior ao preço base é excluída;

## 6. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

Para a presente prestação de serviços não é fixado o preço ou custo anormalmente baixo, sendo

aplicável o disposto no artigo 71.º do CCP.

## 7. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

7.1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos que, conforme indicado no ponto 9.1, deverão ser carregados diretamente no ponto “**5. Proposta**” do formulário, ao qual deverá aceder através do link “Clique Aqui”, disponível no convite enviado via email pela plataforma eletrónica:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP, cujo modelo se anexa - **ANEXO I**;
- b) Declaração do concorrente, devidamente assinada, com indicação dos atributos da proposta, nomeadamente a indicação do preço unitário/hora e preço global de cada lote e o prazo de execução do objeto da presente aquisição serviços, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, elaborada de acordo com o **ANEXO II** ao presente convite;
- c) Curriculum vitae
- d) Certificado de habilitações académicas

7.2. O concorrente deverá apresentar ainda os seguintes documentos:

- a) Documento comprovativo do exercício da atividade, com indicação do respetivo CAE, no caso de pessoas singulares/empresários em nome individual.
- b) Declaração com a identificação do representante do concorrente para o desempenho das funções de interlocutor com a entidade adjudicante, conforme modelo constante do **ANEXO III** ao presente convite;
- c) Quaisquer outros documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução da aquisição de bens/serviços objeto do contrato a celebrar, se aplicável;
- d) Outros elementos, de apresentação facultativa, que o concorrente considere de interesse e que não estejam em contradição com o estipulado nas peças do procedimento;

7.3. A proposta e os documentos referidos no n.º anterior devem ser **assinados digitalmente, através de assinatura eletrónica**, pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, nos seguintes termos:

- a) Se os documentos que instruem a proposta forem assinados, por procurador ou representante legal do concorrente, será necessário anexar procuração que confira poderes suficientes para o efeito e constitua pública-forma;
- b) Se forem assinados por sócio do concorrente, na qualidade de representante legal, a apresentação obrigatória da procuração pode ser dispensada, mediante o envio de documento que permita conferir os poderes de representação.

7.4. (Se aplicável) Documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e

assinatura do assinante da proposta, nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, conforme n.º 7 do art.º 54º da Lei nº 96/2015, de 17 de agosto (Certidão de teor do pacto social da empresa, devidamente atualizada, ou, a indicação do código de acesso para consulta da certidão permanente on-line na plataforma Portal da Empresa ([www.portaldaempresa.pt](http://www.portaldaempresa.pt));

- 7.5. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, salvo se, pela sua própria natureza ou origem, os mesmos estiverem redigidos em língua estrangeira (sendo os idiomas admitidos, neste caso, o inglês, o francês e o espanhol), devendo o concorrente, nesse caso, fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada, bem como de declaração de prevalência da tradução sobre o original, devendo a tradução prevalecer sobre o original em língua estrangeira, para todos os efeitos.

## 8. CONCORRENTES

- 8.1. São concorrentes as pessoas, singulares ou coletivas, isoladas ou em agrupamento, que apresentem uma proposta.
- 8.2. Sem prejuízo do disposto no artigo 55.º-A do CCP, não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

## 9. PRAZO E MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 9.1. Os documentos que constituem a proposta deverão ser carregados e submetidos, diretamente no ponto **“5. Proposta”** do formulário, acessível através do **link: “Clique Aqui”, disponibilizado no convite à apresentação de propostas (enviado via email pela plataforma eletrónica acinGov)**, devendo ser assinados mediante assinatura eletrónica. (Poderá consultar o manual de elaboração de proposta, constante da opção “Manuais e documentação de apoio”, no menu principal “Ajuda”).
- 9.2. O prazo limite para a apresentação das propostas é até às **23h59, do 6.º dia** a contar da data do envio do convite.
- 9.3. A proposta deverá ser apresentada em estrita observância das condições estabelecidas no presente convite e no caderno de encargos, sem possibilidade de apresentação de propostas variantes.

## 10. PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 dias, contados da data do termo do prazo fixado para a sua apresentação.

## 11. CAUÇÃO PARA GARANTIR O CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES

Não é exigida a prestação de caução, tendo por base a natureza e a especificidade dos bens a adquirir e em face do disposto na alínea a) do no nº 2 do artigo 88º do CCP.

## **12. NEGOCIAÇÃO DAS PROPOSTAS E PROPOSTAS VARIANTES**

12.1 As propostas não serão objeto de negociação.

12.2 Não são admitidas propostas variantes.

## **13. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO**

13.1 A adjudicação será efetuada, lote a lote, de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para o Município, na modalidade monofator, enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP).

13.2 A proposta considerada economicamente mais vantajosa será aquela que apresentar preço mais baixo.

13.3 Na lista de preços unitários deve prever-se ou especificar-se as quantidades e/ou unidades de medida, de modo a tornar as propostas comparáveis e apurar a proposta economicamente mais vantajosa, no que diz respeito ao fator preço.

## **14. CRITÉRIO DE DESEMPATE**

14.1 Se por via da aplicação do critério definido no número anterior se verificar igualdade de pontuação entre duas ou mais propostas, a ordenação das mesmas será efetuada na sequência de sorteio presencial, nos termos e na data, hora e local a definir pelo júri, os quais serão transmitidos aos concorrentes mediante notificação através da plataforma eletrónica.

14.2 Caso nenhuma das empresas compareça ao ato de sorteio ou verificando-se que não estão presentes todos os representantes das empresas interessadas, passados 30 minutos da hora para a realização deste ato, a entidade designa, entre os funcionários do Município, representante(s) do(s)concorrente(s) ausente(s);

- i. O sorteio é público, feito sem condicionantes e obedecerá ao tipo “sorteio por bolas”, de acordo com a metodologia infra:
  - a) Num saco opaco, colocar-se-ão bolas da mesma cor, numeradas de 1 até ao número de empresas a desempatar;
  - b) Contar-se-ão os representantes das empresas interessadas presentes no ato e até à hora final e designar-se-ão tantos funcionários deste serviço, quantos os necessários para suprir a ausência das empresas concorrentes;
  - c) Cada representante das empresas presentes procederá à extração de uma bola de dentro do saco, seguindo-se o mesmo procedimento para os funcionários que representem as empresas ausentes;

- d) Quem retirar a bola com a menção "n.º 1" ficará classificado em 1.º lugar para efeitos de desempate.
  - e) As restantes empresas ficarão ordenadas consoante a numeração das bolas retiradas.
- ii. Depois de anunciados, pelo presidente do júri, os resultados, o sorteio é dado por encerrado.
  - iii. Findo o sorteio é lavrada ata, a qual será assinada por todos os presentes, consolidando os resultados do sorteio de desempate.

## 15. ADJUDICAÇÃO POR LOTES

- 15.1. O presente procedimento contempla a adjudicação por lotes, nos termos do previsto no artigo 46.º -A do CCP.
- 15.2. Os concorrentes poderão apresentar proposta para um ou ambos os lotes objeto do presente concurso.
- 15.3. A entidade adjudicante limita a 1 (um) o número máximo de lotes que podem ser adjudicados a cada concorrente, pelo que, se após a aplicação do critério de adjudicação lhe for proposta a adjudicação de mais que um lote, deverá indicar, no **Anexo II** – Modelo da proposta, a sua ordenação, por ordem decrescente da sua preferência.
- 15.4. As especificações de cada um dos lotes constam na PARTE II – Cláusulas Técnicas e Funcionais do presente Caderno de Encargos e respetivos anexos.

## 16. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E SUPRESSÃO DE IRREGULARIDADES

- 16.1. No prazo de **cinco dias** a contar da data de notificação da adjudicação, o adjudicatário deve apresentar diretamente no formulário disponibilizado pela plataforma eletrónica acinGov, reprodução dos documentos de habilitação referidos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP, nomeadamente:
  - a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP (**Anexo II do CCP**), conforme modelo constante do **ANEXO IV** ao presente convite;
  - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas **b), d), e) e h)** do n.º 1 do artigo 55.º, designadamente:
    - i. Nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 83.º-A o adjudicatário deve apresentar certificado de registo criminal (no caso de pessoas coletivas, a pessoa coletiva e os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência) ou na sua falta, documento equivalente emitido pela autoridade judicial ou administrativa competente, do qual resultem que se encontram satisfeitos os requisitos previstos nas alíneas b) e h) do artigo 55.º;
    - ii. Nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 83.º A, os documentos referidos nos números anteriores podem ser substituídos por uma declaração sob



compromisso de honra, feita pelo interessado perante autoridade judicial ou administrativa competente, um notário ou um organismo qualificado.

- c) Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a Segurança Social Portuguesa, emitido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, e se for o caso, certificado equivalente emitido pela autoridade competente do Estado de que a Empresa seja nacional;
- d) Declaração comprovativa da regularização da situação tributária regularizada, emitida pela repartição de finanças do domicílio ou sede do contribuinte em Portugal e, se for o caso, certificado equivalente emitido pela autoridade competente do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.

16.2. No mesmo prazo referido no n.º anterior, o concorrente adjudicatário deverá ainda submeter os seguintes documentos:

- a) Documento comprovativo de registo no RCBE ou, em alternativa, facultar à entidade adjudicante o respetivo código de acesso, caso se trate de pessoa coletiva, em cumprimento da obrigação estatuída no artigo 5.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto.
  - i. Nos termos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, a falta de apresentação do documento enunciado no número anterior impede a celebração do contrato objeto do presente procedimento.
  - ii. O incumprimento da obrigação prevista na alínea e), determina a caducidade da adjudicação nos termos e para os efeitos previstos no artigo 87.º-A do CCP.
  - iii. A informação do RCBE deve ser confirmada anualmente, até ao dia 31 de dezembro de cada ano (mesmo que não existam alterações aos dados anteriormente declarados), por força do disposto no artigo 15.º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na atual redação.
- b) Documento com a designação e identificação do(s) representante(s) do 2.º outorgante para a assinatura do contrato (nome, número e data de validade do cartão de cidadão) e documento comprovativo dos poderes para o ato.

16.3. O prazo para supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação é de 2 dias úteis.

16.4. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias, nos termos do n.º 2 do artigo 85.º do CCP.

16.5. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na alínea b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, por força do disposto no n.º 10 do citado artigo.

## **17. ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS, RELATÓRIO PRELIMINAR, AUDIÊNCIA PRÉVIA E RELATÓRIO FINAL**

- 17.1. Após a análise das propostas e a sua avaliação em função do critério de adjudicação definido no presente convite, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a respetiva ordenação para efeitos de adjudicação.
- 17.2. No relatório preliminar o júri deve também propor e fundamentar, se for o caso, a exclusão de qualquer proposta que preencha a previsão do n.º 2 ou do n.º 3 do artigo 146.º, aplicável por força do disposto no n.º 1 do artigo 124.º, todos do CCP.
- 17.3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.
- 17.4. O relatório preliminar é submetido a audiência prévia dos concorrentes por meio da plataforma eletrónica ACINGOV, para se pronunciarem no prazo de **três dias** úteis.
- 17.5. A audiência prévia dos concorrentes encontra-se dispensada quando tenha sido apresentada uma única proposta, por lote, aplicando-se, nesse caso, o disposto no artigo 125.º do CCP.
- 17.6. Exercido o direito de audiência prévia referido no ponto anterior, ou decorrido o respetivo prazo sem que qualquer dos concorrentes se haja pronunciado, o júri elabora relatório final fundamentado no qual pondera as observações formuladas pelos concorrentes, caso existam, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previsto no ponto 17.2.
- 17.7. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

## **18. AGRUPAMENTOS**

Considerando que o presente procedimento foi adotado ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, a entidade convidada não poderá integrar um agrupamento, por força do disposto no n.º 2 do artigo 117.º do citado diploma.

## **19. CONTRATO**

- 19.1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 95.º do CCP, não é exigível a redução do contrato a escrito, quando se trate de contrato de locação ou de aquisição de bens móveis ou de aquisição de serviços cujo preço contratual não exceda € 10.000,00.
- 19.2. Salvo no caso previsto no número anterior, o contrato deve ser reduzido a escrito através da elaboração de um clausulado em suporte informático com a aposição de assinaturas eletrónicas, podendo sê-lo em suporte de papel quando não tiver sido utilizada plataforma eletrónica para tramitação do procedimento.

### 19.3. Aceitação da minuta de contrato

- a) Após aprovação da minuta do contrato a celebrar, o órgão competente para decisão de contratar, notifica-a ao adjudicatário, assinalando expressamente os ajustamentos propostos nos termos do artigo 99º do CCP.
- b) A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo concorrente quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 2 (dois) dias subsequentes à respetiva notificação.

### 19.4. Ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar

O órgão competente para a decisão de contratar pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público.

### 19.5. Reclamações contra a minuta

As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato nos termos do disposto nos n.ºs 2 e 5 do artigo 96.º ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.

No prazo de 10 dias a contar da receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

### 19.6. Celebração/outorga de contrato escrito

Para a celebração do contrato não é exigido o prazo de 10 dias previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos, por força da alínea a) do n.º 2 do mesmo artigo.

Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 104.º do CCP, comunica ao adjudicatário, o seguinte:

- a) No caso de assinatura presencial do contrato, a data, a hora e o local em que ocorrerá a respetiva outorga, com a antecedência mínima de cinco dias;
- b) No caso de assinatura por meios eletrónicos, o prazo para a outorga e remessa do contrato, não podendo em caso algum esse prazo ser inferior a três dias.

### 19.7. Não outorga do contrato

A adjudicação caduca nos seguintes casos:

- a) Se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato;
- b) Se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente, no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar;

## 20. FORO JUDICIAL

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

## 21. DISPOSIÇÕES FINAIS

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente convite, aplica-se o regime previsto no Código de Contratos Públicos - Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual e legislação complementar.

O Presidente da Câmara

---

João Manuel Ventura Grilo de Melo Lobo

Documento assinado digitalmente. Esta assinatura digital é equivalente à assinatura autógrafa.  
Cópias do documento são validadas com selo branco em uso na instituição.

## ANEXO I

### MODELO DE DECLARAÇÃO – ANEXO I DO CCP

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável)

1 — (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento designado: **“Aquisição de serviços de Mediação e Educação Social, no âmbito do Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar da Beira Baixa (PIPSE BB).”** e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara, também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo <sup>(3)</sup>

a) -----

b) -----

3- Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4- Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(Local), [Data], [Assinatura] <sup>(4)</sup> Assinar digitalmente, através de assinatura qualificada.

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) o n.º 1 e n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.

## ANEXO II

### MODELO DE PROPOSTA

\_\_\_\_\_, na qualidade de legal representante da firma \_\_\_\_\_ (indicar nome, NIF e sede) depois de ter tomado conhecimento do objeto do contrato denominado: **“Aquisição de serviços de Mediação e Educação Social, no âmbito do Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar da Beira Baixa (PIPSE BB)”**, com a referência **23/PS/2025 – 2025/300.10.005/775**, a que se refere o convite enviado via plataforma eletrónica, obriga-se a cumpri-lo integralmente e a executar o serviço correspondente ao número máximo de horas previstas, em conformidade com o caderno de encargos, no prazo máximo de vigência/ entrega ou execução de **480 (quatrocentos e oitenta dias)**, nos seguintes termos:

- **Lote 1 – Serviços de Mediação Social (686 horas)**, pelo preço unitário/hora de \_\_\_\_\_ € (.....), perfazendo o preço contratual de € \_\_\_\_\_ (.....) (indicar a importância por algarismos e por extenso);
- **Lote 2 - Serviços de Educação Social (1029 horas)**, pelo preço unitário/hora de \_\_\_\_\_ € (.....), perfazendo o preço contratual de € \_\_\_\_\_ (.....) (indicar a importância por algarismos e por extenso);

À quantia supra acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor de \_\_\_\_%, no montante de € \_\_\_\_\_, perfazendo o valor global de € \_\_\_\_\_.

#### **Ou (eliminar o que não for aplicável)**

A quantia supra está sujeita ao regime de isenção do IVA, ao abrigo do disposto no artigo 53.º do CIVA.

Igualmente declara que esta proposta, salvo no caso de vir a ser expressamente retirada decorrido o respetivo prazo mínimo de validade, se mantém válida até à celebração do contrato.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à celebração, execução e extinção do contrato que vier a celebrar, ao que se acha prescrito na legislação portuguesa e ao foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Castelo Branco, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Para cumprimento do disposto no ponto 15.3 do convite informo que, se após a aplicação do critério de adjudicação me for proposta a adjudicação de mais que um lote, tenho preferência, por ordem decrescente, no lote n.º \_\_, \_\_**

[Data]

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do(s) representante(s) legal(ais)) (Assinar digitalmente, através de assinatura qualificada)

## ANEXO III

### (IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA ENTIDADE PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES)

\_\_\_\_\_ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de \_\_\_\_\_ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), nomeio, para efeitos de representação da entidade na execução do contrato designado: **“Aquisição de serviços de Mediação e Educação Social, no âmbito do Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar da Beira Baixa (PIPSE BB)”**, o \_\_\_\_\_ (nome do técnico/funcionário) contactável através do contato telefónico \_\_\_\_\_ e do endereço de email \_\_\_\_\_, o qual servirá de interlocutor com a entidade adjudicante representada pelo gestor de contrato.

[Local]

[Data]

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do(s) representante(s) legal(ais)) (Assinar digitalmente, através de assinatura qualificada)

## ANEXO IV

### Anexo II do CCP - Modelo de declaração \*

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 — \_\_\_\_\_ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) \_\_\_\_\_ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento designado: **“Aquisição de serviços de Mediação e Educação Social, no âmbito do Programa Intermunicipal de Promoção do Sucesso Escolar da Beira Baixa (PIPSE BB)”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)]. (assinar digitalmente através de assinatura qualificada)

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

**\* Nota:** Este documento, solicitado no ponto 16 do convite, deverá ser apresentado, só posteriormente, após a decisão de adjudicação.